

Encerrado o prazo, a Constituinte já contabilizou 102 emendas populares. E 20 mil de parlamentares.

12 milhões de assinaturas em Brasília

Armazenadas em duas enormes salas e ocupando um espaço de 162 metros de comprimento por 30 centímetros de altura, as pastas com as emendas populares foram a vedete de ontem na Constituinte, último dia para a apresentação de sugestões do povo. Até as 19 horas já tinham sido recebidas 102 emendas — 31 apenas ontem — com 12.048.351 assinaturas. "Um recorde mundial", segundo o ex-deputado João Gilberto, coordenador do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte, da Universidade de Brasília. Ele garante que nenhuma Constituição do mundo recebeu mais de cinco milhões de assinaturas em emendas populares.

Mas o número total só será conhecido hoje, pois mais emendas ainda seriam apresentadas, até a meia-noite, prazo final para o recebimento das contribuições populares e dos constituintes. Da parte dos parlamentares, cerca de 20 mil emendas foram recebidas pela Comissão de Sistematização. Uma imensa fila, que durou até o início da noite, foi formada durante todo o dia na secretaria responsável pelo recebimento das emendas de constituintes.

Já na coordenadoria de emendas populares, foi necessário aumentar de dez para 15 o número de funcionários, que só tinham tempo de receber o material, catalogá-lo e guardá-lo. "A gente faz uma checagem rápida, vê se os dados estão corretos e confia que os nomes e números dos títulos eleitorais estejam certos, um crédito de confiança nas entidades que apresentam as listas", explicou Maria Júlio Rabello de Moura, coordenadora do serviço.

"Na verdade se faz uma amostragem, pega-se um bolo de folhas de assinaturas, conferimos ligeiramente o número e depois, comparando com outros bolos de envelopes iguais, avaliamos se há o número exigido de 30 mil pessoas", comenta Laura Carneiro — filha do senador Nelson Carneiro —, uma das funcionárias encarregadas de receber as propostas e checá-las. Para ela, "é impossível contar todas as assinaturas e fiscalizá-las, como será também para a Comissão de Sistematização".

Os líderes do PMDB, PDT, PT, PCB e do PC do B consideraram vitoriosa a iniciativa das emendas populares. A proposta de participação da sociedade na Constituinte foi de autoria do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, com o apoio dos deputados Brandão Monteiro (PDT) e Plínio Arruda Sampaio (PT).

Beijinhos para Ulysses

Cumprindo mais uma maratona, com o recebimento de emendas populares no seu gabinete, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, foi recompensado ontem pelas vaias recebidas na quarta-feira. Ele recebeu censuras, agricultores, empresários, petroleiros e baianos. Mas não conteve sua emoção ao se ver rodeado pelas crianças que foram a Brasília entregar emendas estabelecendo os direitos da criança na futura Constituição.

Entre beijinhos e abraços da meninada (os mais usados pediam autógrafos, outros se contentavam em ver de longe o tetrápole), Ulysses não se conteve e comparou aquela manifestação às vaias que recebeu. "Esses têm educação. Com eles se pode conviver", disse sorrindo.

As emendas

Das emendas apresentadas ontem, a que obteve maior número de assinaturas (433.638) pedia que o Estado da Bahia não fosse dividido e foi patrocinada pelo governador Waldir Pires. As sociedades espíritas recolheram 53.216 subscrições pedindo a legalização da mediunidade "em nome dos brasileiros e brasileiras que obtiveram cura de seus males, graças à ação de sensitivos, curadores e paranormais".

Mais uma proposta de emenda popular para a manutenção do Sesi e do Senai na iniciativa privada foi entregue, esta patrocinada pelo presidente da CNI, senador Albano Franco, com 350 mil assinaturas. Já a Confederação Nacional da Agricultura, a Organização das Cooperativas Brasileira e a Sociedade Rural Brasileira entregaram emenda, com 43.275 subscrições, pedindo "uma reforma agrária justa, em terras inexploradas e que não cumpram função social". E um grupo de 190 empresários do Rio Grande do Sul levou proposta contra a estabilidade no emprego, mas defendendo a adoção de outras formas de garantir o trabalho.

Outras emendas pediam a proibição do aborto e dos anticoncepcionais; que os aposentados recebam a média de salário do último ano de serviço; pela realização de uma auditoria na dívida externa, com a suspensão por tempo indeterminado do pagamento do principal e dos juros; que o ensino seja gratuito em qualquer nível e estabelecimento "para quem demonstrar aproveitamento e insuficiência de recursos", que os deficientes tenham aposentadoria aos 20 anos de serviço e que os edifícios, meios de transporte e de lazer sejam adaptados às suas necessidades.

No final da tarde, um funcionário que recebia as emendas comentava que se todas fossem aprovadas "vai acabar a fome, o desemprego, a inflação, a dívida externa."



Ulysses e Covas: situação difícil.



Congresso: espaços ocupados — pelas emendas populares.

Covas entrega a emenda pelas diretas. Ulysses fica todo sem jeito.

Subscrita por 96.863 pessoas, foi entregue, ontem, ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, emenda popular que marca para novembro do próximo ano as eleições diretas para presidente da República. A proposta foi encaminhada em rápida cerimônia, na Comissão das Relações Exteriores da Câmara, pelo líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, e presidentes de entidades que ajudaram na coleta de assinaturas, como os presidentes da Federação Nacional dos Jornalistas, do Instituto dos Arquitetos do Brasil e da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil.

"Uma sinuca de bico". Foi assim, com essa expressão bem-humorada, que Ulysses respondeu ao discurso de Covas, que habilmente tentou induzi-lo a apoiar a proposta das diretas.

Para ilustrar a situação em que fora colocado pelo senador Mário Covas, Ulysses relatou conversa mantida com uma amiga, que havia admitido dificuldades em retornar a uma sessão espírita porque havia ficado tão impressionada que temia participar de outras e ser convertida ao espiritismo. Foi assim que ele explicou sua ausência da segunda

campanha em favor das diretas, depois de ter sido o comandante da primeira, em 83.

Ulysses Guimarães tentou justificar sua não-adesão ao movimento, observando que, em determinadas circunstâncias, é preciso adotar atitudes que nem sempre correspondem à sua vocação política. E ainda fez elogios ao líder Covas, declarando-se "obediência".

O líder Mário Covas, por sua vez, também elogiou o presidente da Assembleia, observando que o fato de apoiar as diretas não significa rebeldia, ou descaminho. Logo depois, em entrevista, Mário Covas disse acreditar na possibilidade de aprovação da emenda das diretas, formalizada numa iniciativa popular e de diversos constituintes.

A emenda de Covas — que recebeu o número 100, reservado especialmente — não foi a única sobre diretas, ontem. O Partido dos Trabalhadores, CUT e Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo também apresentaram a sua. E os portadores esperam pacientemente na sala até que alguém apresentasse a emenda número 87: eles que-

riam que o seu pedido de diretas no ano que vem tivesse o número 88. Conseguiram.

Manobra?

Por falta de quórum, a Comissão de Sistematização não pôde votar ontem o projeto de decisão do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) que pretendia fixar para 15 de novembro do próximo ano a eleição presidencial. Já o deputado José Genoíno (PT-SP), o líder do PDT, Brandão Monteiro e Faria de Sá, protestaram contra a suspensão da reunião da Comissão pelo vice-presidente Aluísio Campos (PMDB-PB) — que pediu esclarecimento sobre a interrupção da transmissão pelo serviço de som para os gabinetes quando seria discutida a matéria. Em consequência, lideranças do PDT, PC do B, PDC, PTB e setores do PMDB decidiram obstruir o trabalho da Sistematização a partir de hoje, se o som não funcionar.

De qualquer forma, a campanha pelas diretas continua. Hoje, em Belo Horizonte, será realizada a "caminhada pelas diretas", a partir das 14 horas, com a presença das atrizes Cristiane Torloni, Fernanda Torres e Lucélia Santos, além do compositor Wagner Tiso, entre outros artistas.

Cabral subornado? Ele desmente e tem apoio geral.

Ao refutar, ontem, com veemência, as denúncias de que teria sido subornado pelas fábricas de cigarros Souza Cruz e R.J. Reynolds — para que retirasse de seu anteprojeto substitutivo de Constituição o parágrafo proibindo a propaganda de tabaco, remédios, bebidas, agrotóxicos e formas de tratamento de saúde —, o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (foto), conseguiu um raro momento de unidade na Assembleia Nacional: parlamentares de todas as tendências — desde comunistas e "progressistas" até liberais e conservadores — pediram a palavra para solidarizar-se com ele.

Segundo explicou Cabral, houve confusão no noticiário sobre um encontro seu, na véspera, com representantes do setor publicitário, que lhe foram pedir a revogação daquele parágrafo, alegando que sua permanência seria prejudicial às indústrias do setor e às agências



de publicidade. Cabral, então, argumentou que não poderia retirar o dispositivo, porque assim ele havia sido redigido — e aprovado — pelas subcomissões e pelas comissões temáticas da Constituinte. Disse ainda ter sugerido aos publicitários que o caminho que poderia ser tomado seria o de apresentar uma emenda supressiva — através de um constituinte interessado no assunto — que poderia ser destacada para votação em separado no plenário. Acrescentou que se não fosse um homem sério poderia ficar rico, "tantos são os interesses contrariados".

Cabral será homenageado hoje, às 20h, pela congregação das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), em cerimônia que contará, segundo os organizadores, com a presença já confirmada de cinco governadores, entre eles Orestes Quércia (SP) e Newton Cardoso (MG), e nove ministros, inclusive o do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves.

Acusação: o coronel modificou a emenda da anistia.

O assessor parlamentar do ministro da Aeronáutica, coronel Pedro Josino Cordeiro, foi surpreendido anteontem à noite, por volta das 20 horas, do gabinete do senador José Agripino (PFL-RN). Estava modificando o teor da emenda da anistia que já havia sido aprovada pelos grupos do consenso e dos 32 liderados pelo senador José Richa. O fato foi relatado pelo capitão-de-corveta Miguel Camolez, que explicou ter ido ao gabinete do senador a seu convite para conversar sobre o assunto, quando informaria que a Federação das Associações de Defesa da Anistia — FADA — não estava de acordo com a fórmula de anistia aprovada.

Miguel Camolez garantiu ter visto o coronel Pedro Josino Cordeiro suprimindo da emenda o benefício da anistia para os punidos por atos administrativos, em decorrência de motivação política, e a menção às promoções e a restrição para pagamento aos cassados dos soldos atrasados, suspensos no período da punição. O capitão-de-fragata Miguel Camolez disse ter interpelado o coronel Pedro Josi-

no, o qual respondeu estar "cumprindo ordens". Ele afirmou ainda que o senador José Agripino não estava no gabinete naquele momento.

Sempre conforme versão do capitão-de-fragata Camolez, que integra a direção da FADA, o coronel Pedro Josino estava acompanhado de mais quatro assessores parlamentares das três Armas, entre eles o capitão da Marinha, Reguff e o coronel do Exército, Roure. Ele não soube informar os nomes dos demais assessores dos ministros.

Acompanhado do presidente da FADA, Paulo Henrique Ferro Costa, também capitão-de-fragata, o capitão Camolez disse que já havia conversado sobre o assunto com o senador José Agripino, o qual havia assegurado a aprovação da emenda da anistia pelos dois grupos de constituintes. A FADA não concordou com o texto, mas nem sequer teve tempo de comunicar sua posição ao parlamentar. Quando encontrou o coronel Cordeiro, modificando seu texto para torná-lo ainda restritivo, entendeu que seria perda de tempo.

Projeto Hércules: entendimento (quase) absoluto.

Os grupos liderados pelo senador José Richa (foto) e pelo deputado Euclides Scalco, ambos do PMDB do Paraná, entregaram ontem ao relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, o projeto "Hércules", substitutivo ao anteprojeto de Constituição. O projeto, entregue por José Richa, representa o consenso a que os dois grupos chegaram ao enxugar o texto constitucional. Agora, eles deverão apresentar suas próprias emendas sobre as questões ditas polêmicas, em torno das quais não foi possível um entendimento absoluto.

Segundo o vice-líder do PMDB na Constituinte, deputado Antônio Brito, dos pontos examinados houve consenso total quanto à anistia, comunicações, saúde, princípios da ordem econômica e a questão urbana. Quanto à reforma agrária, meio ambiente, educação, tribunais constitucionais, sistema financeiro e sistema tributário, houve apenas 80% de entendimento. E essas serão as questões que merecerão a apresentação de emendas por parte dos dois grupos.

Antônio Brito explicou que o mandato do presidente, a forma de governo e o sistema eleitoral não foram objeto de discussões com vistas a consenso. Ele considerou esses os temas mais difíceis de permitir um acordo entre os dois grupos. As três questões deverão ser decididas pelo voto, na Comissão de Sistematização e no plenário da Constituinte.

Hércules

O projeto Hércules, entregue pelo senador José Richa, reduziu de 496 para 221 o número de artigos do texto constitucional elaborado pelo deputado Bernardo Cabral. Mas o Hércules ainda não é uma versão definitiva, pois outras alterações serão feitas, segundo explicou o deputado Israel Pinheiro Filho.

Esse substitutivo inova o anteprojeto de Cabral ao substituir a estabilidade no emprego pela proibição da demissão desmotivada; proibir os contratos de risco para a exploração de petróleo por empresas estrangeiras em território brasileiro; isentar as microempresas também de impostos municipais; adotar sistema integrado público e privado para os serviços de saúde; trocar a expressão "reserva de mercado" por "proteção temporária" de setores tecnológicos estratégicos; e na criação do Conselho de Comunicação para a concessão de emissoras de rádio e televisão.

Soluções negociadas

O senador José Richa, ao entregar o substitutivo, disse que ele ainda não é o ideal, mas representa uma contribuição para que as lideranças e os presidentes de todos os partidos cheguem ao melhor projeto.

Para o relator Bernardo Cabral, sistema de governo e duração do mandato do presidente Sarney são os dois únicos pontos que não terão consenso e deverão mesmo ser decididos no plenário. Os outros temas, segundo Cabral, já estão caminhando para um entendimento.

A solução para a reforma agrária, informou Cabral, caminha para a manutenção da imissão imediata da posse, o maior entrave até agora entre os constituintes. O consenso nesse item deverá ser o de que, mediante a desapropriação pela União, o proprietário possa recorrer da decisão nas Justiças agrária ou Federal.

A estabilidade no emprego, negociada diretamente pelo ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, será alterada para uma garantia mais explícita de emprego, proibindo a demissão imotivada e prevendo indenizações que aumentam progressivamente de acordo com o tempo de serviço do trabalhador demitido sem justa causa.

A anistia aos militares, que parecia ser um dos pontos mais polêmicos também caminha para o consenso, segundo Cabral. A solução poderá ser a anistia com o ingresso automático na reserva remunerada sem a reintegração nem o pagamento de indenizações retroativas.

Cabral — que desde quarta-feira retomou as atividades com sua antiga equipe de relatores-adjuntos, nas dependências do 24 andar do edifício-sede do Banco do Brasil — explicou o cronograma que será seguido a partir de agora. Segunda-feira, dia 17, ele entregará a Ulysses Guimarães um pré-esboço do que poderá ser seu substitutivo; dia 20, todos os líderes partidários terão acesso ao mesmo esboço; dia 23, será formalizada a entrega do substitutivo, que será publicado no dia 24. Entre os dias 25 e 31, abre-se um prazo para que os constituintes possam apresentar emendas aos pontos inovados pelo relator. E de 1º a 7 de setembro, o relator tem novo prazo para elaborar o segundo e definitivo substitutivo, que irá para plenário na Comissão de Sistematização.

O ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro, admitiu ontem em Londrina, aceitar ser candidato do PMDB à Presidência da República, caso isso venha a ser a "solução de um problema". Normalmente surgem dois tipos de candidatos, observou: "Aqueles que se lançam a qualquer cargo e os que, em determinado momento histórico, passam a ser a solução de um problema. Eu só examinaria a possibilidade no segundo caso, se efetivamente acontecesse". Explicou o ministro que,

no momento tem-se limitado a "uma campanha cívica, discutindo problemas nacionais" e procurado "afastar qualquer projeto pessoal, para a discussão ter maior realismo". Mas, apesar de toda a reserva, ele foi convidado a constatar pessoalmente o lançamento de sua candidatura: "Funaro, o Brasil precisa de você como presidente" — é a frase escrita em letras garrafais na fachada de uma pequena farmácia no Parque Ouro Verde, em Londrina, visitada pelo ex-ministro. A

iniciativa foi do proprietário, Manoel Dias Rocha, um mineiro de Almenara, terceiro suplente de vereador pelo PMDB, que teve 1.663 votos nas eleições passadas. Rocha afirmou, por sua vez, que "estamos precisando de um patriota na presidência, e esse é Funaro, que já disse não ao FMI e aos americanos". Explicou que sua farmácia é uma espécie de "termômetro" das condições de vida do povo, e que o "apelo" a Funaro foi colocado na fachada da farmácia após o Plano Cruzado I.